



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CREA-SP

INSTRUÇÃO N.º 2551

Dispõe sobre os procedimentos para registro de profissional e concessão de atribuições provisórias, até que se definam as atribuições definitivas pelas Câmaras Especializadas.

O Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO ser livre o exercício profissional, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, conforme dispõe o art. 5º, XIII da Constituição Federal,

CONSIDERANDO que o exercício, no País, da profissão de engenheiro ou engenheiro-agrônomo, é assegurado aos que possuem devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de Engenharia ou Agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, bem como o disposto na Resolução 1007, de 05 de dezembro de 2003, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea;

CONSIDERANDO que para o regular exercício das profissões da área tecnológica, são imprescindíveis as atribuições concedidas pelas Câmaras Especializadas, que necessitam de maior tempo para análise dos processos de ordem “C”, em face da documentação exigida pela Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, do Confea;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 1040, de 2012, do Confea, que suspende a aplicabilidade da Resolução nº 1.010, de 2005, aos profissionais diplomados que solicitarem seu registro profissional junto ao Crea até 31 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO as necessidades de serem tomadas providências para evitar ações judiciais decorrentes do atraso na concessão de registros, uma vez que a exigência de cadastramento da instituição/curso no CREA, não pode ser condição para o registro do profissional, sob pena de restar caracterizada ofensa ao inciso XIII do artigo 5º da CF (parecer jurídico no processo C- 703/11, fls. 17/22);

CONSIDERANDO o deliberado na Reunião de Coordenadores de Câmaras Especializadas realizada em 14/06/2012, e, por conseguinte, tendo o assunto sido apreciado pelas respectivas Câmaras em reuniões realizadas nos meses de junho e julho de 2012;



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CREA-SP

DETERMINA:

1. A concessão de registro profissional, com atestado ou diploma expedido pelas instituições de ensino do Estado de São Paulo, **cujas atribuições ainda não foram definidas pelas Câmaras Especializadas**, dar-se-á excepcionalmente da seguinte forma:

- 1.1. REGISTRO COM DIPLOMA (DEFINITIVO) OU COM ATESTADO (PROVISÓRIO)

Desde que tenham sido feitas gestões junto à respectiva Instituição de Ensino para o envio da documentação necessária para o exame do processo de ordem “C”, **conferir atribuições provisórias**, com base nas anteriormente estabelecidas pela Câmara Especializada para o curso da modalidade do graduado. Essas atribuições devem ser reavaliadas pelas Câmaras Especializadas, após conclusão da análise curricular.

- 1.2. DIPLOMADO EM OUTRO ESTADO

Desde que tenha sido consultado o Crea da jurisdição e a respectiva Instituição de Ensino, bem como o profissional comprove que o local de sua atividade seja no Estado de São Paulo, serão concedidas as mesmas atribuições fixadas por aquele Regional, e após a concessão do respectivo registro, encaminhar o processo à Câmara Especializada da Modalidade, para manifestação.

- 1.3. CERTIDÃO DE REGISTRO E ANOTAÇÕES

Em quaisquer das situações, serão emitidas Certidões de Registro e Anotações, sem ônus, conforme modelos Anexos 1 e 2.

Após a conclusão da análise pela Câmara Especializada, caso sejam alteradas as atribuições inicialmente concedidas, nova Certidão de Registro e Anotações em caráter definitivo será emitida, com as devidas atualizações, sem ônus, devendo a Unidade do Crea comunicar o profissional a respeito.

2. Caso a instituição de ensino já tenha enviado a documentação necessária para cadastramento da **primeira turma do curso**, mas ainda não tenham sido fixadas as atribuições pela Câmara Especializada, será concedido excepcionalmente, **o registro provisório** ao profissional, em caráter individual, “ad referendum” da Câmara Especializada competente, observando:

- 2.1. TÍTULOS JÁ EXISTENTES NA TABELA DA RESOLUÇÃO N° 473/02, DO CONFEA

Conceder as atribuições previstas na legislação específica que regulamenta a profissão, conforme exemplos abaixo, todas circunscritas ao âmbito da modalidade cursada (ver também observações 1 e 2):



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CREA-SP

- a) Engenheiros: terão as atribuições do artigo 7º da Lei 5.194/66 (obs.1)
- b) Geólogos: do artigo 6º da Lei 4.076/62;
- c) Geógrafos: do artigo 3º da Lei 6.664/79;
- d) Meteorologistas: do artigo 7º da Lei 6.835/80;
- e) Técnicos de nível médio: da Lei 5.524/68, do artigo 4º do Decreto Federal 90922/85 e do Decreto 4.560/02.

Observações: 1) os profissionais de Nível Pleno e Técnicos de Nível Médio da modalidade **Agronomia**, terão as atribuições previstas no **ANEXO 3**.

2) os Tecnólogos, por não terem atribuições fixadas por lei, terão as atribuições do artigo 3º da Resolução 313/86 do Confea.

2.2. TÍTULO NÃO EXISTENTE NA TABELA DA RESOLUÇÃO Nº473/02, DO CONFEA

- a) Os registros somente serão concedidos após análise e aprovação do curso/atribuições pela Câmara Especializada competente.
- b) Em caráter excepcional, quando a Câmara Especializada conceder **títulos provisórios** por similaridade e com **atribuições provisórias**, preliminarmente deverão ser procedidos os registros “ad referendum” das Câmaras Especializadas, enviando posteriormente cópia do processo ao Confea para inserção do novo título na tabela. No caso do Confea realizar a inserção, os respectivos profissionais serão comunicados a alterar o título e as atribuições.

3. Esta Instrução não se aplica aos cursos de pós-graduação.

4. Fica revogada a Instrução 2546, de 17/04/2012, e demais disposições em contrário.

São Paulo, 19 de julho de 2012.

ORIGINAL ASSINADO POR

Eng. Francisco Kurimori

Presidente do Crea-SP



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CREA-SP

ANEXO 1- MODELO PARA REGISTRO DEFINITIVO COM ATRIBUIÇÕES PROVISÓRIAS

CERTIDÃO DE REGISTRO E ANOTAÇÕES

Número da Certidão: 99999/2012

CERTIFICAMOS, a requerimento da parte interessada e para os devidos fins, que, fazendo rever os arquivos deste Conselho, foi verificado constar que o profissional abaixo mencionado se encontra registrado neste Crea-SP, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, conforme dados a seguir:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Data de Nascimento: 99/99/9999

Identidade: Tipo: XXX Número: 99.999.999-9 -X

CPF: 999.999.999-99

Endereço:

Número de registro no Crea-SP: 9999999999 **expedido em:** 99/99/9999

Carteira: 9999999999 Expedida pelo CREA-XX

SOMENTE CARTEIRA
PRINCIPAL

Título(s) e atribuições provisórias (*):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Do artigo

Diploma/Certificado expedido em: 99/99/9999

pelo(a): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

OMITIR QUANDO
NÃO HOUVER OU
SE FOR 01/01/1900

Ano letivo: 9999

Data de Colação de Grau: 99/99/9999

Curso: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

[**INCLUSÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO, MESMO QUE NÃO TENHAM TÍTULOS E/OU ATRIBUIÇÕES.**

Texto eventual- mínimo de 360 caracteres alfanuméricos

(*) As atribuições citadas foram concedidas em caráter excepcional, em cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei 5.194/66, podendo ser reavaliadas quando da conclusão da análise curricular pela respectiva Câmara Especializada deste Conselho, ou até que haja a implementação de Resolução específica do Confea que discipline o assunto.

Esta certidão não invalida quaisquer débitos ou infrações existentes ou que venham a ser apurados em nome do(a) profissional acima e perderá a validade caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à competente ação penal e/ou processo ético respectivo.

DESTACAR O TEXTO.

CIDADE DA SECCIONAL

Localidade, 99 de xxxxxxxx de 9999.

TEXTO LIVRE PARA IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO

VÁLIDA SOMENTE COM A CHANCELA DO CREA-SP



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CREA-SP

ANEXO 2 – MODELO PARA REGISTRO PROVISÓRIO COM ATRIBUIÇÕES PROVISÓRIAS

CERTIDÃO DE REGISTRO E ANOTAÇÕES

Número da Certidão: 99999/2012

Válida até: 99/99/9999

CERTIFICAMOS, a requerimento da parte interessada e para os devidos fins, que, fazendo rever os arquivos deste Conselho, foi verificado constar que o profissional abaixo mencionado se encontra registrado neste Crea-SP, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, conforme dados a seguir:

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Data de Nascimento: 99/99/9999

Identidade: Tipo: XXX Número: 99.999.999-9 –X

CPF: 999.999.999-99

Endereço:

Número de registro no Crea-SP: 9999999999

expedido em: 99/99/9999

Título(s) e atribuições provisórias:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Do artigo

Habilitado em: 99/99/9999

pelo(a): XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ano letivo: 9999

Data de Colação de Grau: 99/99/9999

Curso: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

OMITIR QUANDO
NÃO HOUVER

VALIDADE DE
1 ANO A
CONTAR DA
DATA DE
REGISTRO

De acordo com o disposto no artigo 57, da Lei 5.194/66, o(a) profissional deverá apresentar até **99/99/9999**, o seu diploma devidamente registrado junto ao Órgão Competente, para a efetivação de seu registro definitivo, ocasião em que terá suas atribuições provisórias reavaliadas pela respectiva Câmara Especializada.

Esta certidão não invalida quaisquer débitos ou infrações existentes ou que venham a ser apurados em nome do(a) profissional acima e perderá a validade na data do vencimento do registro provisório, ou caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à competente ação penal e/ou processo ético respectivo.

CIDADE DA SECCIONAL

Localidade, 99 de xxxxxxxx de 9999.

DESTACAR O TEXTO.

TEXTO LIVRE PARA IDENTIFICAÇÃO DO FUNCIONÁRIO

VÁLIDA SOMENTE COM A CHANCELA DO CREA-SP



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CREA-SP

ANEXO 3 – ATRIBUIÇÕES DA ÁREA DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

NIVEL PLENO - Decisão CEA/SP nº 220/11 – “ **As atribuições deverão ser aquelas que constam no artigo 5º, da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo as do Decreto Federal 23.196/33** ”.

NIVEL MÉDIO - Decisão CEA/SP nº 221/11 – “As atribuições do profissional Técnico de Nível Médio deverão ser aquelas que constam dos Decretos 90922/85, modificado pelo Decreto 4560/02, desde que estejam contemplados no Projeto Pedagógico do Curso”. Portanto, conforme análise da Coordenadoria da CEA, ficam definidas as seguintes atribuições conforme a modalidade cursada:

Técnico em Agropecuária/Agricultura.

Decreto 90922/85, alterado pelo Decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, VI (a, b, e, f (quanto à execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários) e g), VII, IX, XIII, XV, XVI, XXII, XXVI e XXXI

Artº 7º

Técnico em Pecuária- Restrito à Pecuária

Decreto 90922/85, alterado pelo Decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, VI (a, b, e, f (quanto à execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários) e g), VII, IX, XIII, XV, XVI, XXII, XXVI e XXXI

Artº 7º

Técnico em Açúcar e Alcool – Restrito à cultura da cana de açúcar.

Decreto 90922/85, alterado pelo Decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, IV, V, VI (a, b, c, d, f), VII, VIII (d), IX, X, XI, XV, XVI, XX, XXIII, XXIX, XXXI

Artº 7º

Técnico em Produção e Comercialização de Café- Restrito à cultura do cafeeiro.

Decreto 90922/85, alterado pelo decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, VI (a, g), VII, IX, XIII, XXII, XXV, XXVI, XXXI

Artº 7º

Técnico em Agronegócios

Decreto 90922/85, alterado pelo decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, VI, (a, G) VII, IX, XIII, XXII, XXV, XXVI, e XXXI

Artº 7º



**SERVICO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CREA-SP**

Técnico em Agroecologia

Decreto 90922/85, alterado pelo decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, VI, (a, b, e, f, g), VII, IX, XIII, XV, XVI, XXVI, XXXI

Artº 7º

Técnico em Administração Rural

Decreto 90922/85, alterado pelo decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, VI (a, g), VII, IX, XIII, XXII, XXV, XXVI, e XXXI

Artº 7º

Técnico em Agro Indústria

Decreto 90922/85, alterado pelo decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, IV (a), VII, IX, XV, XVI, XXVI, XXXI

Artº 7º

Técnico Florestal/ em Florestas – Restrito às florestas.

Decreto 90922/85, alterado pelo decreto 4560/02

Artº 3º, 4º e 5º, Incisos I, II, III, IV e V

Artº 6º, incisos I, II, III, VI (a, g), VII, IX, XV, XVI, , XXVI, XXXI

Artº 7º